



TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A AVALIAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO E DA FASE FORMATIVA DO PROJETO

ESCOLA OFICINA DA CIDADE VELHA.

RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO . CABO VERDE

Fevereiro 2013

## INDICE

1. INTRODUÇÃO.
2. DESCRIÇÃO DO PROJETO DA ESCOLA OFICINA.
3. ESCOPO DA AVALIAÇÃO
4. PERFIL DO CONSULTOR
5. SELEÇÃO DO CONSULTOR
6. ANEXOS

## 1. INTRODUÇÃO DO TRABALHO DA AVALIAÇÃO

### 1.1 Datas principais do projeto

DATA DE INÍCIO DOS TRABALHOS DO PROJETO	17 maio 2010
MEMORANDUM DE ENTENDIMENTO	19 de julho 2010
SUBVENÇÃO DE ESTADO	20 agosto 2010
DATA DE INÍCIO DA ESCOLA	1 abril 2011
DATA DE INÍCIO DO CICLO FORMATIVO DA EO	1 abril 2011
DATA DE TÉRMINO DO CICLO FORMATIVO DA EO	30 março 2013
DATA DE TÉRMINO DO PROJETO	18 outubro 2013

### 1.2. Razões da avaliação

Em 20 de Agosto de 2010, por Resolução do Estado da Espanha, foi aprovada a subvenção de Cooperação Internacional para o Ministério das Finanças da República de Cabo Verde no valor de € 940.000. A subvenção tem por objectivo o reforço do sistema de formação profissional e emprego em Cabo Verde através da implementação de uma Escola Oficina em Cidade Velha, na Ilha de Santiago.

No parágrafo 2 da Resolução diz o seguinte;...” *haverá um contrato para a avaliação externa da implementação e os resultados deste subsídio, os termos de referência serão acordados entre a OTC-AECID em Cabo Verde e a instituição beneficiária. Será avaliada especialmente a capacidade de inserir jovens formados na escola oficina no mercado de trabalho”.*

Em 30 de Março de 2013 terminará o ciclo formativo da 2ª turma de alunos da EO, sendo necessário realizar uma avaliação da fase de implementação operacional do projecto da Escola Oficina (EO). Consequentemente, uma avaliação externa é a melhor ferramenta para analisar o desempenho e os resultados do projecto, fornecer orientações com fins de aprendizagem organizacional e planeamento das fases ulteriores para todas as partes interessadas e todos os parceiros do projecto e uma proposta de modelo de gestão da EO.

### **1.3. Propósito geral.**

O objectivo da consultoria externa é avaliar o desempenho do projecto durante a fase de implementação compreendida entre o 17 de Maio de 2010 a 30 de Março de 2013, incluindo os dois ciclos formativos ministrados pela Escola Oficina.

As principais finalidades da avaliação externa são:

- a) Analisar o nível da inserção laboral dos alunos no mercado de trabalho.
- b) Analisar o progresso em curso e o desempenho do projecto (até que ponto os objectivos foram alcançados e os produtos entregues);
- c) Examinar o grau de realização do projecto e dos seus objectivos (isto é, produtos e actividades);
- d) Examinar a natureza e magnitude dos constrangimentos, factores que afectam a implementação do projecto e uma análise dos factores que contribuem para as realizações do projecto no que diz respeito quer aos programas formativos teóricos quer aos produtos e resultados práticos;
- e) Avaliar se os resultados do projecto podem ser considerados sustentáveis a nível local e nacional (isto é, organizações que implementam) e identificar medidas para garantir e melhorar a sua sustentabilidade;
- f) Identificar lições aprendidas e boas práticas potenciais.
- g) Proposta de modelo e instrumentos de gestão que melhor se adequa á realidade da EO.

Considera-se fundamental para o processo de recolha de dados, que uma parte da avaliação externa tenha lugar antes do 2º ciclo formativo terminar, com os professores e alunos nas aulas.

A avaliação deve identificar o impacto real e potencial na aprendizagem e integração de formandos no mercado de trabalho, sugerir uma eventual via a seguir pelo projecto com a finalidade de ajudar ás partes interessadas a aprenderem com a experiência do projecto e conduzir ao planeamento de futuras intervenções no sector da formação profissional.

#### **1.4. Âmbito de aplicação**

A avaliação incidirá no projecto da EO supracitado, nos dois ciclos formativos, nas suas realizações e na sua contribuição para os esforços local e nacional no fortalecimento do sector da formação profissional e a inserção de jovens em risco de exclusão social no mercado de trabalho. A avaliação deve concentrar-se em todas as actividades que foram implementadas desde o início do projecto até ao momento das visitas ao terreno.

A avaliação deve abranger os seguintes aspectos:

- O actual sistema de gestão do projecto
- Os processos de selecção dos beneficiários.
- O impacto da formação nos beneficiários.
- A adequação e pertinência das acções implementadas
- A eficiência, a eficácia, e sua sustentabilidade futura;
- A necessidade e qualidade das obras executadas;
- A viabilidade económica e financeira das actividades para a futura sustentabilidade.
- A percepção da escola pelos cidadãos de Ribeira Grande de Santiago
- A situação actual dos 158 alunos (nas 2 fases), em relação a procura de emprego e integração no mercado de trabalho
- A integração da perspectiva de género durante a implementação do projecto;
- Identificar lacunas, desafios e constrangimentos na concepção e execução;

#### **1.7. Recomendações sobre as actividades futuras da EO**

Avaliar e recomendar medidas para melhoria do projecto especialmente nas áreas de:

- Funcionamento do quadro institucional e de decisão no projecto. (Comité Técnico de Seguimento)
- Sistema de Gestão do projecto (Comité de Gestão).
- Coordenação da EO.
- Direcção da EO.
- Administração da EO. Situação das finanças
- Professores da EO

- Plano de formação e actividades.
- Desenvolvimento dos trabalhos práticos.
- Beneficiários locais.
- Sustentabilidade da EO

## 2. DESCRIÇÃO DO PROJETO DA ESCOLA OFICINA.

A EO de Cidade Velha, é um **projecto piloto** no sistema de formação profissional de Cabo Verde destinado a jovens do Município da Ribeira Grande de Santiago. O projecto combina a aprendizagem de uma profissão em sala de aula com a formação prática, aplicada a um verdadeiro trabalho para a Comunidade e visa a integração dos alunos participantes no mercado de trabalho. O conceito e o espírito da escola consta perfeitamente a frase "*aprender trabalhando*", e esta filosofia acompanha cada uma das acções que são tomadas.

### Orçamento do projecto:

CUSTO TOTAL DO PROJETO	940.000 euros
------------------------	---------------

## 3. ESCOPO DA AVALIAÇÃO

### 3.1 DADOS GERAIS

#### Programa

A avaliação deve considerar o projecto no seu todo, incluindo questões relativas à concepção inicial do projecto, mecanismos, modelos e instrumentos de gestão, gestão financeira, implementação, lições aprendidas, áreas de formação, empregabilidade dos formados, reprodutibilidade e recomendações para a eventual continuidade da EO assim como para a realização de projectos futuros no âmbito da formação profissional. Igualmente, dever-se-á analisar o impacto do projecto na situação sócio-laboral e económica da população jovem de Ribeira Grande de Santiago.

### **Área geográfica**

A sede da EO está situada na Cidade Velha. Serão objectos da avaliação todas as áreas onde são implementadas actividades no quadro do projecto no município de Ribeira Grande de Santiago, Cabo Verde.

### **Âmbito institucional**

O órgão de gestão da EO e o Comité Técnico de Seguimento do projecto, actua como órgão responsável pela supervisão de execução da avaliação podendo delegar nas pessoas decididas pelo próprio Comité.

### **As funções do Comité nesta avaliação serão;**

- Avaliar as propostas e seleccionar a equipa de avaliação para a avaliação
- Receber o Relatório Final e difundi-lo entre os membros
- Configurar reuniões de articulação entre a equipa de avaliação e o Comité para discutir o seu conteúdo
- Verificar a qualidade do relatório
- Aprovar o relatório

### **3.2 CALENDARIO**

Para efeitos de cálculo da carga de trabalho, é elaborado o seguinte calendário indicativo. Este calendario poderá ser ajustado em função do programa de trabalho que apresente a equipa consultora.

Actividade	tempo de trabalho dias	Parte responsável	DATA 2013
Final da selecção de 1 Consultor nacional e/ou internacional	1	CTS	4 - Março
Proposta de Projecto de avaliação detalhada (cronograma, informações e documentos necessários, sua disponibilidade e alternativas, parceiros e agências para atender, apresentação da organização e metodologia da avaliação)	3	Consultor	7-Março
Aprovação da proposta de projecto de avaliação	0,5	CTS	8 - Março
Recolha e análise de dados	5	Consultor	
Entrevistas com os principais parceiros	5	Consultor	
Entrevistas com coordenador e director da escola	2	Consultor	
Entrevistas com os funcionários da escola e visita a os trabalhos	2	Consultor	
Entrevistas com os alunos é ex alunos da escola	2	Consultor	
Entrevistas com a população de Ribeira Grande de Santiago	3	Consultor	
Elaboração do rascunho do relatório de avaliação	12	Consultor	
Reunião com CTS e apresentação de rascunho relatório	0,5	CTS	09-abr
Integração dos comentários e consulta das partes interessadas	2	Consultor	
Finalização do relatório de avaliação.	3,5	Consultor	
Análise e aprovação do relatório.	0,5	CTS	16-abr
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>		



### 3.3 DOCUMENTOS DISPONÍVEIS

- Projecto da escola oficina
- Resolução do financiamento espanhol
- Memorandum de Entendimento
- Relatórios gerais trimestrais da EO
- Actas do CTS
- Actas do Comité de Gestão
- Actas das reuniões dos professores
- Contratos funcionários EO.
- Relatórios e emails internos da EO
- Facturas e contabilidade da EO

Esta não é uma lista fechada e o consultor pode solicitar o acesso a quaisquer outros documentos e relatórios pertinentes a sua tarefa.

O consultor também terá acesso, se solicitado ao CTS, aos dados dos parceiros do projecto que seja relevante para esta avaliação.

Os relatórios e qualquer outro produto do processo de avaliação, será de propriedade do CTS e qualquer uso de tais relatórios só pode ser feito mediante a autorização prévia dos proprietários.

### 3.4 RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO: ESTRUTURA

As seções a seguir devem ser incluídas no projecto e relatórios de avaliação Final:

- 1) Sumário Executivo.
- 2) Introdução: Objectivo da avaliação; organização e metodologia

- 3) Descrição do projeto objecto de avaliação: objectivos, planeamento, estratégia, breve história e plano de fundo, sistema interno de organização e gestão, principais partes interessadas (parceiros, beneficiários), contexto social, económico e político
- 4) Análise dos dados colectados
- 5) Resultados: As conclusões em base aos critérios de avaliação s: pertinência, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade.
- 6) Conclusões: Razões do sucesso ou fracasso das intervenções,
- 7) Lições aprendidas: destaque de pontos fortes e fracos na preparação, concepção e execução que afectam os resultados, o desempenho e o impacto; identificação de boas práticas que poderiam ser usados em contextos mais amplos,
- 8) Recomendações: Propostas para melhorar a qualidade das acções; reforço das vantagens e a redução das limitações no projecto, implementação, sistemas de gestão e resultados (curto prazo) e impacto (efeito a longo prazo),
- 9) Anexos :TDR; metodologia; ferramentas de recolha de dados e outros.

O Relatório Final não deve exceder de **30 páginas** mais anexos, em lingua portuguesa. Após a aprovação final, a equipa de avaliação apresentará 5 cópias em papel do relatório e 5 cópias em formato electrónico (CD ou USB ).

### 3.5 METODOLOGIA

1. Encontra-se a seguir a metodologia de avaliação proposta. Apesar da equipa de avaliação poder propor mudanças na metodologia, qualquer mudança deve ser discutida com o CTS e aprovada pelo mesmo.
2. A avaliação será levada a cabo utilizando uma avaliação documental dos materiais apropriados, incluindo documentos de projecto, relatórios de seguimento, programas de formação e resultados de qualquer processo de planeamento interno. No fim do período da avaliação documental, prevê-se que o consultor que procedeu à avaliação prepare um documento sucinto indicando a abordagem metodológica da avaliação sob a forma de mecanismo de avaliação, a ser discutido e aprovado pelo CTS antes do início da missão no terreno. Este documento é o “Relatório Inicial”.
3. O relatório inicial deve indicar o plano de trabalho, em especial no que se refere à matriz de avaliação e a metodologia a ser aplicada..

4. A equipa de avaliação efectuará visitas na cidade da Praia assim como no Município da Ribeira Grande de Santiago com o objetivo de entrevistar os parceiros do projeto.
5. Igualmente o consultor devera realizar visitas nas localidades onde foram efetuados obras pela EO .
6. Apos as visitas do terreno o consultor organizara um atelier nacional com a participação dos parceiros, para apresentar as conclusões e recomendações preliminares e obter reacções dos parceiros do projeto
7. O consultor sera responsável pelo projecto de relatórios de avaliação (a ser concluído após o atelier nacional com os parceiros).
8. Depois da reacção dos parceiros ao projecto de relatório, o consultor será ainda responsável pela finalização do relatório, integrando quaisquer comentários considerados apropriados. O conusltor assumirá a responsabilidade final durante o processo de avaliação e os produtos da avaliação, incluindo a qualidade do relatório e o cumprimento dos prazos.

#### 4 PERFIL DO CONSULTOR/ES

O contrato da consultoria será assinado entre a Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago e o **consultor nacional e/ou internacional**, pessoa a titulo individual ou entidade juridica, que será responsável pelo cumprimento integral do contrato, e que será chamado **consultor principal**, independentemente da equipe de colaboradores designados pelo consultor.

##### 4.1 CURRICULO

O Consultor principal deve ter grau superior em nível universitário, com mais de três anos em actividades relacionadas com projectos internacionais de desenvolvimento e experiencia credenciada em relação com a formação profissional. Deve ter capacidade para trabalhar em Cidade Velha, garantindo uma permanência em Cabo Verde de pelo menos o setenta por cento do tempo total da avaliação,

Para atingir os objectivos da avaliação, equipa de consultores deve acreditar as seguintes competências gerais:

- Um bom conhecimento dos sistemas de formação profissional.
- Um bom conhecimento de projectos de desenvolvimento local.
- Uma boa experiência de avaliações de projectos;
- Excelentes habilidades de comunicação escrita e oral da língua portuguesa

- Recomendavel uma boa capacidade de comunicação oral em caboverdiano (Criolo)

#### 4.2 CÓDIGO DE CONDUTA

Avaliações de actividades feitas com financiamento da AECID precisam ser independentes, imparciais e rigorosas. Cada avaliação claramente deve contribuir para a aprendizagem e a responsabilidade. Daí o avaliador deve ter integridade pessoal e profissional e pautar-se pela honestidade na condução de seus trabalhos.

O consultor deve apresentar informações completas e justas na sua avaliação dos pontos fortes e fracos, para que as decisões ou acções adoptadas estejam bem fundamentadas.

Deve divulgar o conjunto completo de resultados da avaliação para os parceiros, juntamente com informações sobre suas limitações e estar acessível a todos os afectos pela avaliação para receber os resultados.

Deve proteger o anonimato e a confidencialidade dos informantes individuais deve ser dado um pré-aviso aos entrevistados, minimizar demandas em tempo e respeitar o direito das pessoas a não se envolver. Os avaliadores devem respeitar o direito das pessoas a fornecer informações em confiança e devem garantir que informações confidenciais não podem ser rastreadas até a sua fonte.

As avaliações às vezes revelam indícios de irregularidades. Tais casos devem ser relatados discretamente para o órgão de investigação apropriado. Os avaliadores devem consultar com outras entidades de supervisão competentes quando houver dúvidas sobre se e como os problemas devem ser relatados.

Devem ser sensíveis aos costumes e crenças e agir com integridade e honestidade em suas relações com todas as partes interessadas. Em consonância com a ONU Declaração Universal de direitos humanos, os avaliadores devem ser sensíveis e abordar as questões da discriminação e da igualdade. Eles devem evitar ofender a dignidade e a auto-estima dessas pessoas com quem eles entram em contacto no decurso da avaliação. Sabendo-se que a avaliação pode afectar negativamente os interesses de alguns actores, os avaliadores devem realizar a avaliação e comunicar a sua finalidade e resultados aos participantes no exercício de avaliação.

O consultor principal é responsável pela apresentação escrita e/ou oral clara, precisa e justa relativamente às limitações do estudo, conclusões e recomendações.

O consultor principal terá como principal interlocutor o CTS. A equipa de avaliação irá manter contacto próximo com todos os parceiros e partes interessadas e apresentará um projecto de relatório ao CTS. Embora a equipa deve-se sentir livre para discutir qualquer questão relevante com parceiros/as partes interessadas, não está autorizado a fazer qualquer compromisso em nome da EO ou do CTS.

## 5 SELEÇÃO DO CONSULTOR/ES

Os candidatos devem apresentar propostas em duas partes:

A) Proposta técnica.

- Currículo: para acreditar as competências técnica do consultor/es
- Plano de trabalho: Deve incluir uma proposta geral da organização e metodologia do trabalho de acordo com os termos de referência aqui definidos e o calendário. Max -4 páginas A-4. A metodologia deve incluir os métodos e técnicas para a recolha e análise, para apresentação e difusão da informação. Ademais, a metodologia deve incidir em aspetos de género e na consideração de todos os colectivos meta do projeto, incluindo os de difícil acesso.
- Documento para acreditar a experiência em análise e avaliação de projectos/programas de cooperação internacional e conhecimento da realidade Caboverdiana.

B) Proposta financeira:

Deve incluir o preço completo do trabalho da consultoria (incluindo as Taxas, viagens, manutenção, etc.) sem ultrapassar o valor de **17.000 euros**.

### Proposta técnica

As propostas técnicas serão avaliadas usando os seguintes critérios:

Consideramos que na tabela a segunda linha está incluída já na primeira. A proposta seria:

1. Currículo do consultor/es (Estudos superiores, experiência profissional no setor da cooperação internacional, em avaliação e no sector de formação profissional)	Formação académica	6
	Domínio Português	6
	Domínio de Criollo	6
	Anhos experiência profissional	6
	Experiência no sector da formação profissional	8
	Experiência em avaliação	8
	<b>total.</b>	<b>40</b>
2. Proposta técnica	<b>Qualidade do plano de trabalho proposto.</b>	<b>60</b>
<b>Total de pontos de técnica</b>		<b>100 pontos</b>

Qualquer classificação de proposta técnica abaixo de 60 será desclassificada, e sua proposta financeira será desconsiderada.

### Proposta financeira

A pontuação da proposta financeira será calculada tendo em conta a sua competitividade

A quantidade total de pontos para a componente financeira é 30: O número máximo de pontos deve ser atribuído para a proposta de honorários mais baixa é comparado entre os candidatos que obtenham a pontuação mínima exigida na avaliação da proposta técnica; Todas as outras propostas de honorários devem receber pontos inversamente proporcionais às taxas mais baixas; por exemplo:

$[30 \text{ Pontos}] \times [\text{€menor}] / [\text{nos outros}] = \text{pontos para taxas da outra proposta}$

### **Pontuação geral**

A marca geral ou Pontuação combinada de cada proposta será calculada da seguinte forma:

A pontuação da proposta técnica multiplicada por 70% será adicionada à pontuação proposta financeira multiplicada por 30%. O candidato cuja proposta receba a maior pontuação combinada será o seleccionado.

Os pagamentos ao consultor serão desembolsados em fases de acordo com este calendário:

- Pagamento 1: 60% do total, após a selecção do candidato e adjudicação do contrato.
- Pagamento 2: 40% do total, após a aprovação do relatório de avaliação

## Anexo I: questões e perguntas a responder (propostas)

### Identificação e desenho da intervenção

- Para avaliar se o projecto é lógico e coerente e levou em conta as funções institucionais, nacionais, capacidade e compromisso das partes interessadas?.
- Analisar se o modelo de gestão adoptado foi o mais apropriado?
- Avaliar a lógica interna e externa do projecto (grau de integração do projecto no sistema nacional de formação profissional de Cabo Verde).
- Analisar se as informações disponíveis sobre a situação sócio-económica, cultural e política foi tida em conta no momento da concepção e se estas reflectiram-se na concepção do projecto.
- A que ponto pressupostos e factores externos foram identificados no momento da concepção? Foram estes pressupostos no momento do design correto?
- Até que ponto a concepção do projecto teve em conta esforços nacionais e locais em curso para endereço e promoção de oportunidades de formação e emprego para jovens e recursos existentes para lidar com estas questões?
- Os objectivos do projecto foram clara, realista e eles foram alcançados no âmbito do tempo e com os recursos atribuídos (incluindo recursos humanos)?
- Foi a estratégia para a sustentabilidade dos resultados do projecto claramente definido no projecto do mesmo ou foi aplicada durante o desenvolvimento das acções?

### Realização dos objectivos (implementação e eficácia)

- Procure os produtos obtidos no processo de geração de resultados e identificar se os recursos humanos e materiais foram adequados para implementar o processo.
- Avaliar a eficácia do programa, ou seja, comparar recursos atribuídos com os resultados obtidos. Em geral, os resultados obtidos justificam os custos incorridos?
- Rever a entrega dos produtos em termos de qualidade, quantidade e pontualidade. Eles foram entregues em tempo hábil?
- Foram recursos humanos e materiais adequados para alcançar os objectivos?
- Chegaram os produtos do projecto de acordo com o documento de projecto e sua finalidade? Se assim não foi, quais foram os factores que contribuíram para o atraso no projecto, e se eles têm sido justificados?.



- Resultados imprevistos foram identificados e se assim foram esses necessários e em que medida são importantes para atingir os objectivos do projecto?
- Como os factores positivos e negativos exteriores ao projecto têm afectado seus desempenhos e objectivos, e como o projecto lidou com estes factores externos?
- Como tem tido respondido as barreiras do projecto (planeadas) durante a sua implementação? A equipe de projecto tem sido capaz de adaptar o processo de implementação para superar obstáculos sem impedir a sua eficácia?
- Qual o impacto que o projecto tem sobre a equipe que tem implementado e desenvolvido o projecto?

#### **Ambiente institucional (capacitação)**

- O projecto tem coordenado e colaborado com as iniciativas nacionais da formação profissional do IEFP?
- O projecto teve o sucesso como uma fórmula de incorporar jovens no mercado de trabalho?
- Que resultados do projecto são mais importantes para cada parceiro?
- Como o projecto tem colaborado no reforço das instituições parceiras?

#### **Intervenção directa**

- Que tipo de benefícios são percibidos pela população nas localidades onde a EO tem feitos trabalhos praticos?
- Serão eficazes as estratégias implementadas para gerar emprego?
- O processo de documentação do projeto realizado é válido para criar um modelo replicável em outras localidades?
- Avalie os critérios para selecção dos beneficiários e pessoas envolvidas na implementação do projecto.

#### **Relevância/pertinência do projecto**

- Analise o projecto responde às reais necessidades dos beneficiários e as partes interessadas.
- Avalie a validade da abordagem e estratégias do projecto e seu potencial para ser replicado.
- Para avaliar se os problemas e as necessidades que deram origem ao projecto continuam a existir ou mudaram.
- Avalie se as especialidades de formação escolhidas devem permanecer ou ser substituídas por outros diferentes.

- Avalie a pertinência das áreas escolhidas para desenvolver projectos baseados em estudos disponíveis e grupos-alvo e sectores.
- Como articular a estratégia do projecto com os programas nacionais de formação profissional e as acções realizadas por outras organizações (incluindo organizações nacionais e internacionais)?
- A estratégia adoptada responde às necessidades e acesso aos recursos dos grupos-alvo?

### **Sustentabilidade**

- Avaliar em que medida uma estratégia de saída foi definida e planeada e em que medidas estão sendo tomadas para garantir a sustentabilidade (em especial a participação do governo).
- Avalie as estratégias implementadas para a visibilidade do projecto
- Avalie se as intervenções do projecto estão gerando impactos duradouros sobre os beneficiários. Ela terá o resultado sustentável ou necessidade de intervenções adicionais?
- Avalie as contribuições que o projecto fez / está fazendo para o reforço das capacidades e conhecimentos das partes interessadas nacionais (governo e agências de execução) e para promover a propriedade e responsabilidade dos parceiros do projecto.
- Analisar aspectos de igualdade de género, ou se eles estão sendo considerados no que diz respeito a sustentabilidade do projecto e avaliar se as acções foram desenvolvidas para sensibilizar as instituições locais e grupos neste tópico.

## ANEXO 2. DESCRIÇÃO DO PROJECTO

### 2.1 Origem do projecto.

A Cooperação espanhola na área da **formação profissional** em Cabo Verde, tem assinado um primeiro acordo de cooperação técnica em 1985. Em Outubro de 2005 terminou o projecto *"Apoio ao Ministério da educação para a realização do plano integral de formação profissional"* implementado pela Fundação Canárias para Desenvolvimento Social (FUNDESCAN), com financiamento do governo das Ilhas Canárias e AECID, que consistia na elaboração do livro branco sobre a formação profissional para apoiar o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) na elaboração de um Plano Estratégico de Formação Profissional (PEFP).

Desde 1998, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), financiou diversos projectos com a finalidade de melhorar das condições de vida da população da Cidade Velha, nas áreas de restauração, reabilitação, agricultura, turismo e infraestrutura urbana. O projecto para a recuperação da Fortaleza de São Felipe começou em 1999 e em 2000 é definida o *"programa para a recuperação agrícola da Cidade Velha e de desenvolvimento de turismo e património histórico arquitectónico"*. Os objectivos específicos do programa foram: reabilitar e recuperar o património arquitectónico e cultural do Convento de São Francisco, promover o desenvolvimento do turismo da Cidade Velha, e melhorar o sistema de agricultura da Cidade Velha, como base de subsistência económica da população e integrá-lo no conjunto de turismo e actividades económicas.

No ano de 2003, foram iniciadas outras acções em consonância com o programa e na data 29 de Setembro de 2004, Espanha e Cabo Verde assinaram um acordo-quadro de cooperação para os próximos três anos no campo da educação, ajuda alimentar e investimento na manutenção do Património.

Em 19 de Março de 2007 foi assinado a acta da IV Comissão Mista HISPANO-CABOVERDIANA DE Cooperação para o Desenvolvimento (2007-2009). Ambas as partes pretendem continuar a apoiar a implementação do plano estratégico de formação profissional (PEFP) e o fortalecimento institucional do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) de Cabo Verde, com especial atenção para o desenvolvimento integral do município de Ribeira Grande de Santiago

Mais tarde, o Documento Estratégia País (DEP CABO VERDE 2005-2008 - Cooperação Espanhola), é definido explicitamente que *"... Ato focado e exaustivamente no concelho de Ribeira Grande de Santiago, a fim de maximizar o investimento feito em termos de recuperação do património e a melhoria socioeconómica na Cidade Velha, aproveitando as lições aprendidas neste município, e das lacunas existentes. Irá actuar no campo da gestão municipal para o apoio do novo município de Ribeira Grande de Santiago, necessidades sociais básicas, bem como nas áreas produtivas e culturais."*

Mais tarde, a fim de fortalecer o sistema de formação profissional e emprego de Cabo Verde, a Cooperação Espanhola propõe a implementação de uma escola oficina na Cidade Velha, Ilha de Santiago, para promover a inserção no mercado de trabalho dos jovens em situação de vulnerabilidade social, tendo por referência à experiência da Espanha neste campo.

## 2.2 Materialização.

O trabalho relacionado com a implementação da "*Escola Oficina da Cidade Velha*" iniciou a 17 de maio de 2010, na sequência do contrato de serviços no exterior para o início da coordenação do projecto, estabelecido entre a AECID e o consultor Juan José Conde Arambillet.

Depois dos trabalhos prévios, o Memorando de Entendimento é assinado em 19 de Julho de 2010 entre o AECID e o *de* Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde em nome de as seguintes instituições:

- *Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural dois Recursos Marinhos;*
- *Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP);*
- *Instituto da Investigação do Património Cultural (IIPC); e*
- *Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago.*

A concessão do Estado de Espanha para o financiamento do projecto, tem o número do processo de 1791/10 e foi assinado a 20 de Agosto de 2010 por um total de 940.000 euros para ser executado em dois anos.

O Comité Técnico de Seguimento (CTS) do projecto é concebido desde a sua formação como o órgão responsável por supervisionar o funcionamento da Escola, onde todos os parceiros nacionais e AECID são representados. A Presidência corresponde ao IEFP. A gestão da escola é da responsabilidade da Câmara Municipal, que também lhe dá a pessoa jurídica para o centro.

Como edifício da EO, é identificada uma construção agrícola que está perto do centro urbano da *Cidade Velha*, construída pela Cooperação Espanhola e cedido ao *Ministério do Meio Ambiente*, que estava sem uso em maio de 2010, em estado de abandono e de um declínio incipiente. Foi assinado um acordo de cessão temporária da construção agrícola a 19 de Outubro de 2010, impulsionado pela AECID e assinada entre a "*Direcção Geral do Planeamento orçamento e Gestão do Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Rural*" e a "*Câmara Municipal Ribeira Grande de Santiago*", a ser utilizado o edifício como sede da EO

Desde Junho de 2010, o CTS desenvolve um intenso trabalho, sempre aconselhado e incentivado pela AECID, onde tem discutido e aprovado a cada uma das acções para implementação e funcionamento da escola, como seus estatutos, orçamentos, regulamento de funcionamento, procedimentos de recrutamento de pessoal, selecção de alunos etc.

Após da conclusão dos trabalhos preparatórios de selecção dos professores e estudantes, as actividades da EO começaram em 1 de Abril de 2011 com 82 alunos.

### **2.3 Formação ministrada.**

As formações oferecidas actualmente são:

- Construção civil - pedreiros - 40 alunos (duas turmas)
- Canalização-solar térmica – 20 alunos
- Transformação agro-alimentar - 20 alunos

Apresenta-se na seguinte tabela a especialidade da formação da EO e os trabalhos desenvolvidos na comunidade:

Principal Acção da EO	Trabalho realizado	Trabalho futuro
1. Construção: Requalificação de espaços públicos no centro histórico, obras públicas e habitação social na Cidade Velha	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adaptação das instalações da EO</li> <li>• Reparação do espaço público perto do mar.</li> <li>• Projecto de requalificação urbana do acesso de Cidade Velha</li> <li>• Construção de habitação social "Casa Ribeiro"</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projectos de requalificação de espaços públicos no centro histórico da Cidade Velha.</li> <li>• Construção do centro de artesanato do Cidade Velha</li> <li>• Construção de habitação social.</li> </ul>
2. Canalização-solar Térmica: redes de água domiciliária e esgoto, água quente sanitária produzida com instalações solares.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de água quente e fria com sistema solar térmico no edifício da escola</li> <li>• Instalação de sistema solar térmico no edifício do centro de saúde local.</li> <li>• Instalação de água para uso doméstico para 37 casas em Vila do Mato (Belém).</li> <li>• Instalação de água para uso doméstico para 40 casas na cidade de Gobeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação domiciliária de água para casas na localidade de St. Cha.</li> <li>• Instalação de água e saneamento em casa Ribeiro</li> <li>• Instalação de água e saneamento no centro de artesanato</li> </ul>
3 Agro-alimentar: transformação e embalagem de produtos agrícolas local.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fabricação de doces de frutas.</li> <li>• Fabricação de frutas vitrificadas</li> <li>• Fabricação de licores e frutas secos.</li> <li>• Embalagem e rotulagem dos produtos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fabricação de doces de frutas.</li> <li>• Fabricação de frutas vitrificadas</li> <li>• Fabricação de licores de frutas</li> <li>• Embalagem e rotulagem dos produtos</li> <li>• Marketing de produtos.</li> </ul>

## 2.4 Alunos.

Os alunos seleccionados no segundo ciclo, têm um baixo nível de escolaridade (6º ano), pertencem a famílias em situação de pobreza e eles foram excluídos em geral do sistema educacional regulamentado e do mercado de trabalho. Os critérios de selecção aprovados pelo CTS sobre a proposta apresentada pela EO como: a residência nas localidades do município, onde geralmente não tem iniciativas de formação e emprego para os jovens, o grau de escolaridade, a idade e as condições socioeconómicas.

O funcionamento da escola, está prevista para um período de 24 meses (01/04/2011-30/03/2013) dividido em dois grupos de alunos de 12 meses cada.

- primeira turma de 82 alunos (04/01/2011 a 30/03/2012)
- segunda turma de 77 alunos (01/04/2012-3/30/2013)

Os alunos recebem uma bolsa de estudos no montante total de 11.500 esc cv/mês (104 euros/mês) para apoio familiar, transporte e manutenção, onde 20% é retido para ser entregue em um único pagamento no final da sua formação, como uma maneira promover a poupança para criação da futura empresa de pequeno porte

A Escola, de acordo com suas regras de funcionamento, se compromete a fazer um seguimento dos alunos em coordenação com os parceiros do projecto uma vez terminada os seus estudos e para proporcionar aconselhamento e apoio na procura de emprego pelo menos no prazo de três meses a contar da data de sua graduação.

## 2.5 Grau emitido

O *Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)* é o organismo público dependente do *Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos de Humanos*, que é responsável pela implementação de políticas de emprego e formação profissional, definido e aprovado pelo governo de Cabo Verde. O Presidente do seu Conselho de Administração é o actual presidente do Comité técnico de Seguimento da EO. É um parceiro no projecto que tem a responsabilidade pela homologação e certificação dos cursos, de acordo com o memorando de entendimento assinado.

A qualificação que receberá alunos será a de **formação profissional de nível 1** em cada uma das três especialidades.

## 2.6 Ligações com o mercado de trabalho de Cabo Verde

Contribuição do documentário da *Agência da Cooperação Luxemburgo ao Desenvolvimento* tem sido decisiva para a selecção das especialidades para ensinar na EO. Especificamente, foi importante o documento chamado "*estudo sobre as actividades económicas do mercado de trabalho e profissionais nas áreas de Cabo Verde*", publicado em Julho de 2009, dentro do "*projecto de apoio ao plano nacional de emprego e formação profissional*" e foi realizado em colaboração com o Instituto do Emprego e Formação Profissional e os serviços profissionais de escolas técnicas e secundárias.

O objectivo do estudo foi analisar as informações relativas à dinâmica das actividades económicas no mercado de trabalho e nos campos da formação profissional, para definir os possíveis cenários de desenvolvimento económico, para a definição de uma estratégia de formação que visa atender à demanda de trabalho no futuro.

O estudo baseia-se na estatística do INE e análise de dados sobre o emprego de Cabo Verde e realiza uma identificação dos principais sectores de actividade e a análise de dados macroeconómicos sobre as actividades nestes sectores, a fim de identificar áreas prioritárias e ocupações em termos de qualificações profissionais.

Em função da gama de especialidades que foram recomendados no estudo, foi elaborada uma EO em continuação das linhas de intervenção já empreendidas pela Cooperação Espanhola. O perfil dos jovens que integrarão a escola e o tipo de necessidades das obras públicas que tinha o próprio município, que foi definido como um potencial empregador no futuro e também foi avaliado no projecto da escola.

Entre as áreas profissionais de prioridade, as necessidades de formação identificadas no estudo, foram incluídas: Construção Civil e a especialidade de restauração e preparação de alimentos que foram incluídos no projecto inicial e posteriormente rectificado pelos parceiros de instituições no Comité de Técnico de Seguimento.

Os produtos fabricados na oficina de transformação agro-alimentar, doces de frutas, frutas secas, ponche e licores, já têm presença em feiras e eventos, com uma alta demanda. Neste momento, as acções de marketing estão começando.

## 2.7 Perspectivas futuras da escola oficina

"De acordo com o memorando de entendimento assinado,"...*Financiamento espanhol servirá para apoiar a escola no primeiro ciclo de formação equivalente aos primeiros dois anos do projecto e o montante necessário para cobrir as despesas de funcionamento da escola durante o terceiro ano....* ".



O IEFP e a Câmara Municipal, sempre expressaram seu apoio institucional claro para o projecto e sua continuidade futura.

Desde o início do projecto, a Câmara Municipal entendeu a escola oficina com um valor duplo. Como um centro de formação e emprego gerido localmente e, portanto, como algumas novas competências de formação descentralizada para o município, que abriu oportunidades de trabalho para a juventude da localidade. Em segundo lugar, a Câmara entende a EO como uma ferramenta útil para a promoção de iniciativas de desenvolvimento local, através da implementação de determinadas infra-estruturas públicas ou produção de bens, fruto do trabalho prático dos alunos. É este aspecto "produtivo" da escola, que ajuda a compreender sua sustentabilidade possível, desde que uma parte do investimento inicial do projecto será revertida para a Comunidade sob a forma de bens e serviços.

Do nosso ponto de vista esta parte "produtivo" da escola, através da execução de obras, é um dos aspectos mais relevantes e originais, e dedicar grande parte do nosso dia a dia no projecto. É essencial, no contexto de Cabo Verde, melhores resultados práticos como um método seguro para produzir o necessário equilíbrio orçamental da escola, com o objectivo de assegurar a sua viabilidade futura.